

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ADENDO DA PAUTA Nº 018/2017

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, adita a Pauta nº 018/2017, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 09/10/2017, com Sessão Ordinária prevista para o próximo dia 17 de outubro do ano em curso, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº. 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

1.52. Procedimento Ministerial nº 003.0.41164/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

1.53. Recurso Administrativo nº 003.0.75/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

1.54. Procedimento Ministerial nº 249.9.171511/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal;

1.55. Procedimento Ministerial nº 027.0.56746/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.56. Procedimento Ministerial nº 054.0.176723/2011, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;

1.57. Inquérito Civil nº 001.9.145634/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.58. Inquérito Civil nº 003.0.229410/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

1.59. Inquérito Civil nº 167.0.83294/2016, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

1.60. Inquérito Civil nº 705.0.64521/2014, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;

1.61. Inquérito Civil nº 705.0.64564/2014, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;

1.62. Inquérito Civil nº 592.0.100810/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

1.63. Inquérito Civil nº 003.0.237796/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.64. Inquérito Civil nº 167.0.20800/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

1.65. Inquérito Civil nº 705.0.12239/2014, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;

1.66. Procedimento Ministerial nº 003.9.107952/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente com sede em Salvador;

1.67. Procedimento Ministerial nº 608.0.179645/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.68. Inquérito Civil nº 705.0.12832/2016, da Promotoria de Justiça Regional

Ambiental com sede em Paulo Afonso;

1.69. Procedimento Ministerial nº 003.0.53017/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.70. Procedimento Ministerial nº 600.9.186497/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

1.71. Inquérito Civil nº 003.9.13933/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.72. Procedimento Ministerial nº 003.0.86396/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

1.73. Inquérito Civil nº 709.0.241291/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

1.74. Inquérito Civil nº 597.0.64180/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

1.75. Inquérito Civil nº 003.0.197992/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

1.76. Inquérito Civil nº 003.0.61363/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.77. Inquérito Civil nº 705.0.64590/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;

1.78. Inquérito Civil nº 705.0.12829/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;

1.79. Inquérito Civil nº 674.0.70159/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.80. Procedimento Ministerial nº 228.0.53209/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Pojuca;

1.81. Procedimento Ministerial nº 003.0.232867/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

1.82. Inquérito Civil nº 696.0.140306/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

1.83. Inquérito Civil nº 001.9.129624/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.84. Inquérito Civil nº 003.0.131418/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.85. Procedimento Ministerial nº 598.0.224735/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.86. Procedimento Ministerial nº 598.0.209491/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.87. Inquérito Civil nº 681.0.66223/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

1.88. Inquérito Civil nº 933.0.188715/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

1.89. Procedimento Ministerial nº 003.9.28742/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.90. Procedimento Ministerial nº 591.0.199975/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.91. Inquérito Civil nº 001.9.149206/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

1.92. Inquérito Civil nº 596.0.3231/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.93. Procedimento Ministerial nº 596.9.72900/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.94. Inquérito Civil nº 592.0.195081/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do

Bonfim;

1.95. Inquérito Civil nº 003.0.62301/2010, da Promotoria de Justiça de Tanhaçu.

2. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 10 de outubro de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ADENDO II DA PAUTA Nº 018/2017

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, adita a Pauta nº 017/2017, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 26/09/2017, com Sessão Ordinária prevista para o próximo dia 17 de outubro ano em curso, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº. 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

02. EXPEDIENTE SIMP Nº 003.0.25852/2017 – SOLICITAÇÃO DE CESSÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, PARA ATUAR COMO MEMBRO AUXILIAR DO GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA;

1. **O QUE OCORRER.**

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 11 de outubro de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público